

# MPC NOTÍCIAS



INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE

## Procuradora do MPC-MG integrará mesa de debate em evento do MPTCU



A Procuradora do MPC-MG Elke Moura. Foto: MPC-MG.

A Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Elke Moura integrará uma das mesas de debates em evento comemorativo aos 130 anos do Ministério Público de Contas brasileiro, a ser realizado na segunda semana de agosto.

Com o tema “Perfil Jurídico-Constitucional do Ministério Público de Contas e sua Presença Centenária na Institucionalidade Brasileira”, Elke Moura será debatedora no primeiro dia do evento (10/08), ao lado de Stephenson Oliveira Viter, Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, na mesa mediada por Paulo Soares Bugarin, Subprocurador-Geral do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU).

O evento, que tem como lema “Instituições fortes para tempos de crise”, é uma promoção do MPTCU

com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC).

Contando com a presença de diversas autoridades, a comemoração será realizada no Auditório Ministro Pereira Lira, no TCU, em Brasília, nos dias 10 e 11 de agosto. As inscrições podem ser realizadas aqui até o dia 10 de agosto ou até o preenchimento das vagas, que são limitadas.



### Nesta edição:



- 2º Temporada do MPC Cast.....p. 2
- Lex Data.....p. 2
- Coluna Iurisprudencia.....p. 3
- O MPC-MG em números.....p. 8
- Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG torna-se membro de Comissão de Estudos sobre Governo Digital do Ibda.....p. 9
- MPC-MG emite Notificação Recomendatória a 145 Municípios.....p. 9
- MPC-MG participa do XI Fórum Jurídico de Lisboa e do XXVIII Seminário de Verão de Coimbra.....p. 10
- Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG participa do IV Seminário de Direito Administrativo Sancionador.....p. 11
- Procuradora do MPC-MG oferece duas Representações.....p. 12
- O MPC-MG na mídia.....p. 13

# 2ª TEMPORADA DO MPC CAST

CONVIDADA: PROCURADORA DO MPC-MG ELKE MOURA



p. 2

POR SIMONE PEREIRA

Neste episódio, conversamos com a Procuradora Elke Moura sobre a recém-criada Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Como primeira Ouvidora do Órgão Ministerial, Dra. Elke Moura esclarece dúvidas sobre as funções da Ouvidoria e como esta aprimorará a aproximação entre o MPC-MG e a sociedade.

Confira o episódio escaneando o Código QR do Spotify abaixo ou clique [aqui](#).



## LEX DATA

### QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS?

POR GABINETE PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES



De acordo com o art. 17 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade. Os direitos dos titulares de dados estão elencados no art. 18 da referida Lei e, entre eles, destaca-se o direito de acompanhar e de exercer o controle sobre seus dados pessoais, de forma gra-

tuita; o direito de livre acesso à finalidade e forma do tratamento de dados, além da duração, identificação do controlador e compartilhamento com terceiros; o direito de revogar o consentimento que forneceu ao tratamento de seus dados, bem como o de não ser financeiramente responsabilizado pelos custos decorrentes de pedidos de informação sobre seus dados.



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### Informativo nº 1.089

**Resumo:** É constitucional dispositivo de Lei federal que altera o regime de outorga da prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros desvinculados da exploração de obras de infraestrutura, permitindo sua realização mediante mera autorização estatal, sem a necessidade de licitação prévia, desde que cumpridos requisitos específicos.

ADIs 5.549/DF e 6.270/DF. Relator: Ministro Luiz Fux, julgamento finalizado em 29.3.2023.

**Tese fixada:** “É constitucional a instituição de órgãos, funções ou carreiras especiais voltadas à consultoria e assessoramento jurídicos dos Poderes Judiciário e Legislativo estaduais, admitindo-se a representação judicial extraordinária exclusivamente nos casos em que os referidos entes despersonalizados necessitem praticar em juízo, em nome próprio, atos processuais na defesa de sua autonomia, prerrogativas e independência face aos demais Poderes, desde que a atividade desempenhada pelos referidos órgãos, funções e carreiras especiais remanesça devidamente apartada da atividade-fim do Poder estadual a que se encontram vinculados.”

ADI 6.433/PR. Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 31.3.2023.

**Resumo:** É incompatível com a Constituição da República de 1988 — por ofensa ao princípio da isonomia (CR/1988, arts. 3º, IV; e 5º, caput) — a previsão contida no inciso VII do art. 295 do Código de Processo Penal (CPP) que concede o direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior.

ADPF 334/DF, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 31.3.2023.

**Resumo:** Com exceção do ressarcimento de valores pleiteados pela via judicial decorrentes da ilegalidade de despesa ou da irregularidade de contas, as sanções administrativas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) são prescritíveis, aplicando-se os prazos da Lei nº 9.873/1999.

Em regra, as ações de ressarcimento ao erário submetem-se à prescrição, salvo aquelas fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei nº 8.429/1992 (vide Tema 897 RG). Isso inclui todas as demandas que envolvam a pretensão estatal de ser ressarcido pela prática de qualquer ato ilícito, seja de natureza civil, administrativa ou penal, ressalvadas as exceções constitucionais (CR/1988, art. 5º, XLII e XLIV) e, como dito, a prática de ato doloso de improbidade administrativa (excluindo-se os atos ímprobos culposos, que se submetem à regra prescricional).

Nesse contexto, a jurisprudência desta Corte repele a imprescritibilidade de pretensões punitivas do TCU, de modo que a aplicabilidade de suas sanções administrativas sofre os efeitos fulminantes da passagem de tempo, de acordo com os prazos previstos em lei. No caso, é regulada integralmente pela Lei nº 9.873/1999, que estabelece o prazo de cinco anos da ação punitiva da Administração Pública federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

MS 36.990 AgR/DF. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, julgamento em 28.3.2023.

### Informativo nº 1.090

**Tese fixada:** “É inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da Administração Pública estadual sem

prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição da República.”

**Resumo:** São vedadas pela ordem constitucional vigente — por força do princípio do concurso público (CR/1988, art. 37, II) — a transposição, a absorção ou o aproveitamento de servidor em outros órgãos ou entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do mesmo Estado sem a prévia aprovação em concurso público.

RE 1.232.885/AP. Rel. Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 12.4.2023.

**Resumo:** É inconstitucional — por representar modalidade de reajustamento automático e, desse modo, violar o princípio da reserva legal (CR/1988, art. 27, § 2º), o pacto federativo e a vedação à equiparação entre espécies remuneratórias (CR/1988, art. 37, XIII) — lei estadual que vincula a remuneração dos deputados estaduais à dos deputados federais.

ADI 6.545/DF. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Redator do acórdão: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 12.4.2023.

### Informativo nº 1.091

**Resumo:** É inconstitucional — por contrariedade ao regime remuneratório paritário (CR/1988, art. 73, § 3º c/c o art. 75) — norma distrital que determina a incorporação de gratificação pelo exercício da Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) aos vencimentos ou proventos do respectivo membro.

ADI 6.126/DF. Relator: Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 17.4.2023.

**Resumo:** É constitucional norma estadual que, ao regulamentar o afastamento de servidor público estável para o exercício de mandato sindical, assegura-lhe o direito de licença sem remuneração.

ADI 7.242/GO. Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 17.4.2023.

**Resumo:** Não há omissão legislativa nem inércia do legislador ordinário quanto à edição de lei nacional que discipline a matéria do inciso V do art. 37 da Constituição da República, cabendo a cada ente federado definir as condições e percentuais mínimos para o preenchimento dos cargos em comissão para servidores de carreira, a depender de suas necessidades burocráticas.

ADO 44/DF. Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 17.4.2023.

**Tese fixada:** “O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa.”

RE 1.182.189/BA. Relator: Ministro Marco Aurélio. Redator do acórdão: Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 24.4.2023.

**Tese fixada:** “1. É inconstitucional, por ausência de simetria com as competências do TCU e por afronta à separação de poderes, lei que condicione genericamente o repasse de recursos federais à prévia aprovação de projeto pelo Tribunal de Contas da unidade federativa destinatária das verbas. 2. É inconstitucional, por contrariedade ao art. 70 e incisos da CR/88 e por desrespeito à autonomia federativa, lei federal que atribua aos Tribunais de Contas estaduais competência para analisar contas relativas à aplicação de recursos federais.”

**Resumo:** É inconstitucional — por violar os princípios da simetria e da separação de Poderes (CR/1988, art. 2º), e a autonomia federativa — norma estadual que condicione a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à prévia aprovação, pelo respectivo Tribunal de Contas, de projeto apresentado por organização da sociedade civil que administre estabelecimento

penal, bem como que atribua a esse órgão local a prestação de contas relativas à aplicação de recursos federais.

ADI 7.002/PR. Relator: Ministro Roberto Barroso, julgamento virtual finalizado em 24.4.2023.

## Informativo nº 1.092

**Resumo:** É constitucional norma estadual que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo administrativo disciplinar (PAD). Contudo, é possível conceder a aposentadoria ao investigado quando a conclusão do PAD não observar prazo razoável.

ADI 6.591/DF. Relator: Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 2.5.2023.

**Resumo:** A edição da Lei nº 13.105/2015, conhecida como Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), consagrou o entendimento de que o processo não deve ser um fim em si mesmo, devendo-se buscar uma adequada mediação entre o direito nele previsto e a sua realização prática, a fim de torná-lo efetivo, exigindo-se postura interpretativa orientada a reafirmar e reforçar esse objetivo.

É inconstitucional a regra de competência que autoriza que entes subnacionais sejam demandados em qualquer comarca do País, pois a fixação do foro deve se restringir aos seus respectivos limites territoriais.

É inconstitucional a obrigatoriedade de os depósitos judiciais e de valores de RPVs serem realizados somente em bancos oficiais (CPC/2015, arts. 535, § 3º, II; e 840, I).

São constitucionais os dispositivos legais (CPC/2015, arts. 9º, parágrafo único, III; e 311, parágrafo único) que, sem prévia citação do réu, admitem a concessão de tutela de evidência quando os fatos alegados possam ser demonstrados documentalmente e a tese jurídica estiver consolidada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

É constitucional presunção de repercussão geral de recurso extraordinário que impugna acórdão que tenha declarado inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (CPC/2015, art. 1.035, § 3º, III).

É constitucional a determinação de vincular a Administração Pública à efetiva aplicação de tese firmada no julgamento de casos repetitivos relacionados à prestação de serviço delegado (CPC/2015, arts. 985, § 2º; e 1.040, IV).

ADI 5.492/DF. Relator: Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 24.4.2023. ADI 5.737/DF. Relator: Ministro Dias Toffoli. Redator do acórdão: Ministro Roberto Barroso, julgamento virtual finalizado em 24.4.2023.

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Informativo nº 768

**Destaque:** Aplica-se o prazo prescricional de 5 anos, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, à ação de ressarcimento de benefício previdenciário pago indevidamente, quando comprovada a má-fé do beneficiário.

AgInt no REsp 1.998.744-RJ, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 6.3.2023, DJe 14.3.2023.

**Destaque:** A hipótese de impedimento de magistrado prevista no art. 144, IX, do CPC é aplicável no caso de litígio entre o juiz e o membro do Ministério Público baseada em suposta perseguição.

REsp 1.881.175-MA, Relator: Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 14.3.2023.

### Informativo nº 769

**Destaque:** Os servidores que reúnem as condições, sob a égide do regime anterior (3º da EC 20/1998), podem se aposentar, mesmo que seu vínculo com a Administração tenha cessado antes do pedido de aposentadoria.

RMS 61.411-SP. Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 14.3.2023.



**Destaque:** O art. 5º, XL, da Constituição da República prevê a possibilidade de retroatividade da lei penal, sendo cabível extrair-se do dispositivo constitucional princípio implícito do Direito Sancionatório, segundo o qual a lei mais benéfica retroage no caso de sanções menos graves, como a administrativa.

AgInt no REsp 2.024.133-ES. Relatora: Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 13.3.2023, DJe 16.3.2023.

## Informativo nº 770

**Destaque:** É irrecorrível o pronunciamento jurisdicional que, no Superior Tribunal de Justiça, delibera acerca do pedido de retirada do feito da sessão de julgamento virtual.

AgRg no HC 707.060-RS. Relatora: Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 21.3.2023, DJe 28.3.2023.

## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Boletim de jurisprudência nº 438

**Responsabilidade. Licitação. Homologação. Compra. Superfaturamento. Pesquisa de preço.**

Não é cabível imputar débito a gestor que homologou processo de compra em que o superfaturamento das aquisições era de difícil percepção ao homem médio. Se a pesquisa de preço foi elaborada pelo setor competente do órgão contratante, não há por que responsabilizar o gestor, a menos que haja algum elemento no processo que indique que ele tinha condições de questionar a pesquisa realizada.

Acórdão 378/2023 - Plenário (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Aroldo Cedraz).

**Contrato Administrativo. Superfaturamento. Metodologia. Bens.**

**Aquisição. Compensação. Preço de mercado.**

A compensação de itens pagos com valores maiores do que os de referência da contratação com outros pagos com valores inferiores, para fins de apuração de superfaturamento, aplica-se a obras e serviços, em que se desmembra o objeto para fins de orçamentação, sendo inaplicável a compras, pois, nestes casos, a aquisição de cada bem constitui objeto próprio, devendo o fornecedor obedecer, para cada um deles, ao preço de mercado (art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993).

Acórdão 378/2023 - Plenário (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Aroldo Cedraz).

**Pessoal. Ressarcimento administrativo. Decisão judicial. Liminar. Revogação. Tomada de contas especial. Instauração.**

Não é cabível a instauração de tomada de contas especial com vistas à devolução de valores recebidos por servidor, aposentado ou pensionista mediante antecipação de tutela posteriormente revogada, por não se tratar de desfalque ou desvio de recursos, tampouco prática de ato ilegal, ilegítimo ou anti-econômico por parte do beneficiário, que recebeu as quantias por determinação de legítima decisão judicial. É prerrogativa do Poder Judiciário, ao revogar decisão que concedeu tutela antecipada, decidir se cabe ou não a devolução dos valores.

Acórdão 1608/2023 - Primeira Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Jorge Oliveira).

**Pessoal. Adicional por tempo de serviço. Requisito. Cargo em comissão. Tempo de serviço.**

O tempo de serviço prestado por servidor no exercício de cargo em comissão, sem concomitância com titularidade de cargo de provimento efetivo, não é computável para fins de concessão de gratificação adicional por tempo de serviço (anuênio).

Acórdão 1745/2023 - Segunda Câmara (Aposentadoria, Relator Ministro Antonio Anastasia).

### Boletim de jurisprudência nº 439

**Responsabilidade. Ato sujeito a registro. Débito. Pensão civil. Filha maior solteira. Extinção. União estável. Tomada de contas especial. Multa.**

A não comunicação à Administração, pela beneficiária de pensão temporária de filha maior solteira (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/1958), do estabelecimento de união estável afasta a sua boa-fé e lhe impõe o dever de restituir aos cofres públicos o que recebeu indevidamente, além de a sujeitar à cominação da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, uma vez que a ocorrência de união estável extingue o direito ao benefício.

Acórdão 445/2023 Plenário (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Benjamin Zymler).

**Licitação. Proposta. Preço. Limite mínimo. Taxa de administração. Vale refeição. Auxílio-alimentação. Vedação.**

Em licitações para prestação de serviços de administração, intermediação e fornecimento de benefício alimentação e refeição, é vedada a apresentação de proposta de preço com taxa de administração negativa (art. 3º, inciso I, da Lei nº 14.442/2022).

Acórdão 459/2023 Plenário (Representação, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer).

**Licitação. Registro de preços. Adesão à ata de registro de preços. Referência. Pesquisa. Preço de mercado.**

A mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna de licitação não é suficiente para configurar a vantajosidade da adesão à ata, haja vista que os preços informados nas consultas, por vezes superestimados, não serão, em regra, os efetivamente contratados. Deve o órgão não participante ("carona"), com o intuito de aferir a adequação dos preços praticados na ata, se socorrer de

outras fontes, a exemplo de licitações e contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública.

Acórdão 1794/2023 - Primeira Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman).

**Pessoal. Acumulação de cargo público. Regime de dedicação exclusiva. Aposentadoria. Professor. Compatibilidade de horário.**

É legal a acumulação de proventos decorrentes de duas aposentadorias de professor em regime de dedicação exclusiva quando o exercício do segundo cargo tenha ocorrido após a aposentação no primeiro, uma vez que, nessa hipótese, resta observado o requisito da compatibilidade de horários (art. 37, inciso XVI, da Constituição da República).

Acórdão 1824/2023 Primeira Câmara (Aposentadoria, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

**Licitação. Direito de preferência. Pequena empresa. Simples nacional. Automóvel. Transporte de passageiros. Tratamento diferenciado. Locação (Licitação). Cessão de mão de obra.**

A prestação de serviços de transporte de passageiros que envolva locação de automóveis com motorista não configura cessão ou locação de mão de obra, vedada pela LC 123/2006, e não impede o enquadramento das empresas que o prestam no regime tributário inerente ao Simples Nacional.

Acórdão 1922/2023 Segunda Câmara (Pedido de Reexame, Relator Ministro Augusto Nardes).

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Boletim de jurisprudência nº 301

**Ementa:** Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal nº 4.751, de 2021, de Lagoa Santa. Autoriza o pagamento de hora

complementar com recursos do Fundeb e de outras fontes, além da concessão de abono-Fundeb para todos os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino. Competência do Chefe do Poder Executivo. Vício de iniciativa. Aumento de despesas. Inexistência de fonte de custeio. Violação ao princípio da separação de poderes. Inconstitucionalidade presente. Pretensão acolhida.

- As matérias cuja iniciativa de lei é reservada privativamente do Chefe do Poder Executivo estão elencadas taxativamente nas alíneas do inciso III do art. 66 da Constituição do Estado de Minas Gerais, entre elas, a remuneração dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

- Portanto, incide em inconstitucionalidade a Lei municipal nº 4.751, de 2021, de Lagoa Santa, de iniciativa do Poder Legislativo, que dispõe sobre a concessão de vantagem remuneratória aos servidores do Poder Executivo, além de acarretar aumento de despesa sem a correspondente fonte de custeio.

- Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

TJMG - Ação Direta Inconstitucionalidade 1.0000.21.277610-8/000, Relator: Des. Caetano Levi Lopes, Órgão Especial, j. em 22.3.2023, p. em 14.4.2023.

### Boletim de jurisprudência nº 302

**Ementa:** Mandado de segurança. Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Processo licitatório. Pregão. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da diretoria de comunicação institucional e de outras áreas da ALMG. Alegação de nulidades do pregão. Ausência de prova pré-constituída. Segurança denegada.

- Não cabe ao Poder Judiciário influir no mérito de atividades dos outros Poderes, sendo permitido, tão somente, o controle judicial dos

atos praticados, segundo a análise de aspectos como motivação, razoabilidade, proporcionalidade e desvio de poder, sempre com a finalidade de verificar a legalidade da atuação administrativa.

- É ônus da impetrante apresentar prova pré-constituída da ausência de inexequibilidade da proposta, o que não ocorreu.

- Considerando que a empresa vencedora se encontra amparada por sentença judicial transitada em julgado que lhe garantiu o direito de sujeitar-se à tributação de PIS e Cofins pelo regime cumulativo, relativamente às receitas decorrentes de prestação de serviços, com direito à compensação dos valores recolhidos a maior, descabe à impetrante ou à Mesa da Assembleia Legislativa questionar o modelo de tributação utilizado pela empresa.

- Considerando que, no curso do procedimento de pregão, a empresa vencedora já havia corrigido os percentuais de contribuição previdenciária, resta prejudicada a alegação de inaplicabilidade da Lei nº 12.546/2011.

TJMG - Mandado de Segurança 1.0000.21.068000-5/000, Relator: Des. Carlos Roberto de Faria, Órgão Especial, j. em 25.4.2023, p. em 27.4.2023.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Informativo de jurisprudência nº 268

**Ementa:** Consulta. Prefeitura municipal. Preliminar. Imprecisão. Art. 210-b, IV, do RITCEMG. Admissibilidade parcial. Mérito. Sistema de registro de preços. Regularidade de adesão em ata na vigência de ata de idêntico objeto celebrada pelo ente. Decreto federal n. 7.892/2013. Possibilidade de contratação.

É lícita a celebração de contrato decorrente de adesão à ata de registro de preços, ainda que concomitantemente à existência de outra ata celebrada pelo órgão ou



entidade com o mesmo objeto, desde que justificada a vantagem da adesão.

Processo 1.120.206 – Consulta. Relator Cons. Subst. Hamilton Coelho. Deliberado em 12.4.2023. Publicado no DOC em 4.5.2023.

**Ementa:** Representação. Prefeitura municipal. Nomeação de Secretários municipais e Assessora. Vedações constantes da Lei Orgânica por via de emenda cuja vigência foi comprovada nos autos. Nomeações indevidas. Rejeição de contas de convênio pelo TCU e condenação eleitoral por captação ilícita de sufrágio. Validade das vedações. Representação procedente. Aplicação de multa determinação. Comprovada a vigência de Emenda à Lei Orgânica do Município, bem como sua constitucionalidade e anterioridade às nomeações, respectivamente para cargos de secretário municipal e assessoria, o gestor nomeante é responsável pela devida verificação constante dos impedimentos da mencionada emenda. Insistindo nas nomeações, deve-se-lhe ser imputada multa, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica deste Tribunal.

Processo 1.084.530 – Denúncia. Rel. Cons. Durval Ângelo. Deliberado em 11.4.2023. Publicado no DOC em 20.4.2023.

## Informativo de jurisprudência nº 269

**Ementa:** Consulta. Admissibilidade. Conhecimento. Mérito. Pagamento de gratificações para servidores contratados e efetivos participan-

tes de comissões. Possibilidade de cumulação. Obrigatoriedade de previsão legal e motivação. Necessidade do serviço e interesse público. Arquivamento.

É possível cumular o pagamento de gratificações por participação em comissões, desde que previstas em lei, com as horas extras laboradas por servidor público. A jornada extraordinária deverá observar sempre os mandamentos constitucionais e ajustar-se às especificidades estatutárias ou contratuais, devendo ainda ser adequadamente motivada, explicitando-se na sua justificativa a necessidade do serviço e o interesse público, sendo vedada a sua habitualidade.

Processo 1.120.206 – Consulta. Relator Cons. Cláudio Couto Terrão. Deliberado em 26.4.2023. Publicado no DOC em 8.5.2023.

**Ementa:** Consulta. Prefeitura municipal. Recursos da contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública. Pagamento de despesas de energia dos prédios públicos da Prefeitura. Bem de uso especial. Impossibilidade. Iluminação de quadras poliesportivas e campos de futebol. Bem de uso comum do povo. Possibilidade. Manutenção e expansão da rede municipal de iluminação em comunidades rurais. Precedente do STF. Possibilidade.

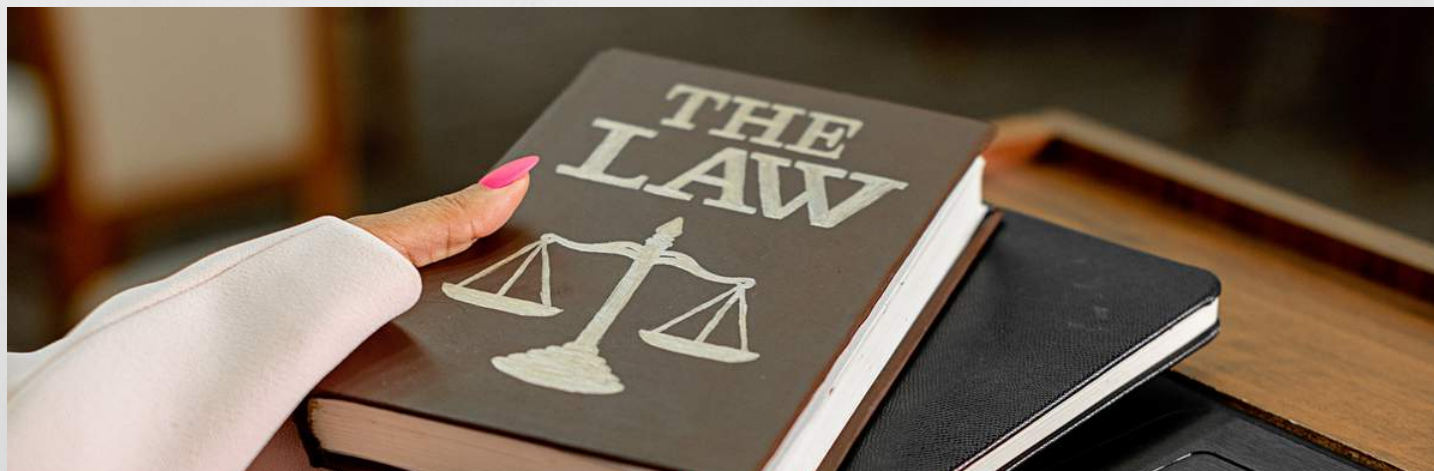
1. Não é possível a utilização de recursos provenientes da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – Cosip para

pagar despesas de energia dos prédios públicos da Prefeitura, uma vez que a iluminação interna de prédios públicos não se enquadra no conceito de iluminação pública, nos termos do art. 189 da Resolução Normativa n. 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

2. É possível a utilização de recursos arrecadados por meio da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – Cosip para iluminação de quadras poliesportivas e campos de futebol, desde que sejam bens de uso comum do povo, ainda que sujeitos a restrições estabelecidas pela Administração, tal como disposto no art. 189, inciso II, da Resolução Normativa n. 1.000, de 7 de dezembro de 2021, da Aneel.

3. É possível a utilização dos recursos arrecadados por meio da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – Cosip para manutenção, expansão e modernização da rede municipal de iluminação em comunidades rurais, com base na Consulta n. 1077225 respondida por este Tribunal e na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema n. 696 de repercussão geral.

Processo 1.102.191 – Consulta. Relator Cons. Subst. Adonias Monteiro. Deliberado em 3.5.2023. Publicado no DOC em 15.5.2023.



POR COORDENADORIA DE APOIO OPERACIONAL - CAOP

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de junho:

ENTRARAM

# 1.226

PROCESSOS



SAÍRAM, COM PARECER,  
DESPACHO OU  
MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR,

# 1.408

PROCESSOS



## AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

Notícias de Irregularidades distribuídas	13
Assunto Administrativo	01
Procedimento Preparatório	01
Inquéritos Cíveis	02

## REPRESENTAÇÕES

**1.148.588** - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS E DE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE URBANO EM RAZÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONCORRÊNCIA PÚBLICA REALIZADA POR AQUELA MUNICIPALIDADE, EM CONEXÃO COM CONCORRÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

**1.148.630** - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES, EM FACE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ, E OUTROS, EM RAZÃO DE POSSÍVEIS ILEGALIDADES EM PROCESSO LICITATÓRIO QUE OBJETIVOU A RESTAURAÇÃO E O RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS.



# ASSESSORA DA PROCURADORIA-GERAL DO MPC-MG TORNA-SE MEMBRO DE COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE GOVERNO DIGITAL DO IBDA

POR LÍLIAN LIMA DE OLIVEIRA



A Professora de Direito Maria Tereza Dias, Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG, foi nomeada integrante da Comissão de Estudos sobre Governo Digital do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (Ibda), do qual também é membro.

Instituída por meio da Portaria nº 10/2023, a Comissão tem como objetivo promover estudos e debates como análise de propostas de Emenda à Constituição da República, exame de Projetos de Lei e atos normativos, comentários sobre decisões do Poder Judiciário e Tribunais de Contas.

O mandato dos membros e da presidência da Comissão finda em 1º de julho de 2024, sendo possível a recondução parcial ou total de seus componentes.

## SAIBA MAIS

O Instituto Brasileiro de Direito Administrativo foi criado em Curitiba, no ano de 1975, com o propósito de contribuir com o poder público para o aperfeiçoamento das instituições administrativas e da ordem jurídica. Atualmente, o Ibda é a mais tradicional e importante associação de juspublicistas do país.



Maria Tereza Dias, Professora de Direito e Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG. Foto: MPC-MG.

## MPC-MG EMITE NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA A 145 MUNICÍPIOS

POR GABINETE DA PROCURADORA CRISTINA ANDRADE MELO

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais publicou, no Diário Oficial de Contas (DOC) do dia 7 de junho de 2023, Notificação Recomendatória Conjunta nº 001/2023, assinada pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e pela Procuradora Cristina Andrade Melo, a qual noticia e recomenda 145 Municípios que:

- promovam, até o fim do exercício de 2023, a complementação da diferença entre o valor aplicado e o mínimo constitucional exigível nos exercícios de 2020 e 2021, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- contabilizem os recursos complementares vinculados à educação que deixaram de ser aplicados em 2020 e 2021, de forma transparente, na esteira do que estabelece o Manual de Demonstrativo Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

A recomendação partiu da Procuradora Cristina Andrade Melo, após tomar conhecimento, mediante consulta ao Sistema Informatizado de Contas dos Mu-

nicipios (Sicom), de que 28 Municípios mineiros em 2020 e 130 em 2021 não aplicaram o mínimo de 25% da educação e tampouco complementaram os recursos nos atos posteriores (2021 e 2022), conforme determina a Emenda Constitucional nº 119/2022.

## SAIBA MAIS

A Emenda Constitucional nº 119/2022 alterou o art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para estabelecer que, em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, não poderá haver responsabilização dos agentes públicos que, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, não cumprirem o disposto no *caput* do art. 212 da CR/1988.

Por outro lado, o constituinte derivado impôs ao gestor a obrigação de complementar a diferença não aplicada na educação nos exercícios de 2020 e 2021 até o exercício financeiro de 2023.

# MPC-MG PARTICIPA DO XI FÓRUM JURÍDICO DE LISBOA E DO XXVIII SEMINÁRIO DE VERÃO DE COIMBRA

POR LÍLIAN LIMA DE OLIVEIRA



p. 10

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador Glaydson Massaria, participou de dois eventos importantes em Portugal.

O primeiro deles foi o XI Fórum Jurídico de Lisboa, realizado de 26 a 28 de junho na Faculdade de Direito da Universidade daquela Capital. Com o tema principal “Governança e Constitucionalismo Digital”, o encontro teve como objetivo reunir acadêmicos, juristas, autoridades e representantes da sociedade civil organizada, do Brasil e da Europa para dialogar sobre desafios, visões e diferentes aplicações de tecnologias como fator estratégico de governança para gerar conhecimento e inovação, de modo a alcançar melhorias na qualidade de vida da sociedade.



Mesa de abertura do XI Fórum Jurídico de Lisboa.  
26 jul. Foto: Acervo pessoal Glaydson Massaria.

Compareceram diversas autoridades, entre elas, o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin; o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; o Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia; o Ministro da Justiça, Flávio Dino; e o Governador de São Paulo, Tarcísio Freitas.

Na mesa de abertura estavam presentes o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara; Augusto Santos Silva, Presidente da Assembleia da República de Portugal, bem como a Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Paula Vaz Freire; o Professor catedrático da instituição Carlos Blanco de Moraes, o Presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Ivan Simonsen Leal, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Alberto Simonetti, e o Presidente do Fórum de Integração Brasil Europa, Vitalino Canas.

O segundo evento ocorreu entre 3 e 5 de julho. Com o tema “O Direito na encruzilhada – Economia, proteção, clima, saúde e alimentação”, o XXVIII Seminário de Verão de Coimbra foi uma realização da Associação de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e do Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos Avançados (Ipeja).

Foram abordados temas como estratégia mundial, economia e comércio internacional, migração e inclusão social, meio ambiente e sustentabilidade. A diretora do Ipeja, Cristiane Frota, em sua fala, destacou a importância do Seminário: “Tratamos de questões e temas multidisciplinares abordando questões de extrema relevância entre Brasil e Portugal.”



Miguel Gorjão-Henriques, Paulo Moura Ribeiro, Raul Araújo, André Mendonça, Ademar Borges e Arnaldo Hossepian debatem o tema “Judicialização da saúde como efeito das políticas públicas”.  
3 jul. Foto: Acervo pessoal Glaydson Massaria.

Na mesa com a temática “Judicialização da saúde como efeito das políticas públicas”, debateram o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, o Professor da Universidade de Coimbra Miguel Gorjão-Henriques, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Moura Ribeiro, o Procurador do Município de Belo Horizonte Ademar Borges e o Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo Arnaldo Hossepian, com moderação do Ministro do STJ e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Raul Araújo.

Conforme a programação divulgada, foram convidados para compor as diversas mesas outros Ministros do STF e do STJ, o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado; o Senador Davi Alcolumbre, bem como importantes nomes do Direito.

Fontes:  
<https://www.forumjuridicodelisboa.com/2023-temas>  
<https://www.migalhas.com.br/quentes/389263/xxviii-seminario-de-verao-de-coimbra-acontece-em-portugal>  
<https://revistaforum.com.br/politica/2023/6/26/11-forum-juridico-de-lisboa-comea-com-gilmar-mendes-arthur-lira-138325.html>



# ASSESSORA DA PROCURADORIA-GERAL DO MPC-MG PARTICIPA DO IV SEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

POR LÍLIAN LIMA DE OLIVEIRA



p. 11



Reprodução YouTube CGE MG, 5 jul. 2023.

A Assessora da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Maria Tereza Dias, prestigiou, no último dia 5, o IV Seminário de Direito Administrativo Sancionador.

O evento foi promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE), por meio de sua Corregedoria-Geral e em parceria com o Instituto Mineiro de Direito Administrativo (Imda).

Após a composição da mesa de abertura, com o Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle; o Advogado-Geral do Estado, Sergio Pessoa de Paula Castro; e a Presidente do Imda e Coordenadora da Pós-graduação da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Luciana Raso, foi exibido um vídeo do Governador Romeu Zema, dando boas-vindas aos participantes do Seminário.

Doutora em Direito e Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Maria Tereza Dias presidiu o Painel “Perspectivas Contemporâneas do Direito Administrativo Sancionador”, que contou com Daniela Melo Coelho Haikal, servidora do TCE-MG, abordando o tema “Controle externo da função pública”, e com Bruno Betti Costa, Procurador do Município de Belo Horizonte, que falou sobre “Responsabilidade administrativa no âmbito da nova Lei de Licitações e Contratos”.

Realizado de forma presencial, na Cidade Administrativa, com transmissão ao vivo pelo canal da CGE no YouTube, o Seminário teve como objetivo

fomentar a discussão e a produção de conhecimento sobre Direito Administrativo Sancionador, aplicação do regime disciplinar, responsabilização de pessoas jurídicas, integridade, transparência, prevenção e combate à corrupção, bem como aprimorar o serviço e a gestão pública no Estado.



A Presidente do Imda e Coordenadora da Pós-graduação da Escola de Contas do TCE-MG, Luciana Raso, e o Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle. Foto: CGE-MG.

POR GABINETE DA PROCURADORA CRISTINA ANDRADE MELO

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Procuradora Cristina Andrade Melo, ofereceu duas Representações: uma que se refere ao Município de Itambacuri e outra ao Município de Martinho Campos. Confira:

## **Representação nº 1.148.714**

Proveniente da Notícia de Irregularidade nº 093.2022.371, constituída com base em documentação encaminhada por Vereador do Município de Itambacuri, noticiando possíveis irregularidades na contratação de servidores temporários no Serviço de Água e Esgoto (SAAE), bem como a existência de informações desatualizadas no Portal da Transparência da Autarquia municipal.

Após dar início às investigações no âmbito da Notícia de Irregularidade, o MPC-MG constatou que quase a totalidade dos cargos listados pelo Noticiante foi registrada como contratações temporárias, sem, contudo, haver lei autorizativa.

Diante da apuração preliminar realizada por este Órgão Ministerial, tendo em vista a ocorrência de irregularidades nas contratações temporárias de servidores no exercício de 2021 e 2022 pelo SAAE de Itambacuri, a Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo propôs a referida Representação, que foi distribuída ao Relator Conselheiro Substituto Adonias Monteiro, com a finalidade de apurar as seguintes irregularidades:

(i) contratação indevida de servidores temporários sem amparo em “necessidade temporária de excepcional interesse público”, em ofensa ao art. 37, incisos II e IX, da Constituição da República, bem como ao art. 2º da Lei municipal nº 440/2007;

(ii) contratação de servidores temporários sem processo seletivo prévio, em ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

## **Representação nº 1.148.739**

Em razão do recebimento da Notícia de Irregularidade nº 068.2021.466, autuada com base em denúncia anônima por meio do canal Fale Conosco, foram apontadas possíveis irregularidades na cobrança de impostos no Município de Martinho Campos.

Em análise feita por este Órgão Ministerial, constatou-se o descumprimento de normas de responsabilidade de gestão fiscal que comprometem

o desempenho da administração tributária municipal e, via de consequência, a capacidade do Município de arrecadar suas próprias receitas.

Um ponto que merece destaque foi a possibilidade da celebração do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), com o objetivo de regularização dos 28 apontamentos na gestão financeira e tributária constatadas durante o “Projeto Receitas” no Município de Martinho Campos, devidamente discriminadas no quadro apresentado na Representação, a fim de contribuir para o aprimoramento do exercício da fiscalização tributária municipal e consequente otimização da arrecadação e da cobrança dos tributos próprios.

Essa Representação foi distribuída ao Relator Conselheiro Mauri Torres.





Vários canais de comunicação estão disponíveis nas mídias sociais e plataformas de distribuição. Acompanhe-nos para saber tudo o que acontece no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.



Ministério Público de Contas do  
Estado de Minas Gerais



@mpc\_mg



@mpc\_mg



MPC-MG



MPC Cast



Ministério Público de Contas do  
Estado de Minas Gerais



Ministério Público de Contas do  
Estado de Minas Gerais

# EQUIPE EDITORIAL

PROCURADOR-GERAL  
MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL  
DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO  
SIMONE PEREIRA

DIAGRAMAÇÃO  
SIMONE PEREIRA  
JUAN KARLOS FREITAS

REVISÃO DE TEXTO  
LÍLIAN DE OLIVEIRA

